

ECONOMIA NORDESTINA: ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

*Gedyr Lirio de Almeida**

Resumo: O Nordeste inclui os Estados que vão do Piauí à Bahia e o território insular de Fernando de Noronha, perfazendo uma área de 1.663 mil/km² onde vivem cerca de 35 milhões de habitantes. Do ponto de vista físico, econômico, social e cultural, a região é grandemente heterogênea. O diferencial de níveis de renda existente entre o Nordeste e outras áreas desenvolvidas do País constitui o mais grave problema que se coloca aos governantes na etapa presente do desenvolvimento nacional. O Nordeste apresenta estruturas de renda e de emprego típicas de regiões subdesenvolvidas. Estimativas elaboradas pela SUDENE revelam que, em 1980, o setor agropecuário concorreu com 19% para a formação da renda interna regional e, em São Paulo, este percentual atingiu apenas 5%, segundo dados da FGV. Os setores industrial e de serviços participaram, no referido ano, com 27 e 54%, respectivamente, da renda nordestina e com 48 e 47% da renda de São Paulo, o que evidencia a maior importância relativa da agricultura na região Nordeste e da indústria e serviços nesse Estado. Apesar de o Nordeste vir apresentando, nas últimas décadas, ritmo de crescimento bastante acelerado e possuir nível de renda "per capita" elevado comparativamente ao de outras áreas do mundo subdesenvolvido, constatam-se na região ainda fortes desequilíbrios sociais, tornando evidente que o modelo de desenvolvimento adotado não contribuiu para a melhoria do perfil de distribuição de renda dentro do Nordeste, nem para a redução do nível de desemprego.

(*) Bacharel em Ciências Econômicas, pós-graduado em Planificação Econômica pelo Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica da CEPAL, especializado em Técnicas de Cálculo de Rendas pela Fundação Getúlio Vargas; tem curso de Desenvolvimento e de Promoção de Exportações no World Trade Institute de Nova Iorque. Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará e ex-chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco do Nordeste.

1 – Síntese das Principais Características da Economia Nordestina

O Nordeste, uma das cinco grandes regiões brasileiras, inclui os Estados que vão do Maranhão à Bahia e o território insular de Fernando de Noronha e mais a parte setentrional do Estado de Minas Gerais localizada no Polígono das Secas, perfazendo uma área de 1.663 mil km², isto é, quase 20% da superfície do País.

Sua população também é significativa, alcançando, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, representando 29% do contingente populacional brasileiro.

Conquanto as diversas economias estaduais que compõem o Nordeste apresentem aspectos comuns de natureza estrutural, que as caracterizam como áreas subdesenvolvidas, deve-se ressaltar que a região é, do ponto de vista físico, econômico, social e cultural, grandemente heterogênea, diferindo os seus espaços internos entre si tanto quanto o próprio Nordeste em relação às demais regiões brasileiras.

Dentro dessa colocação, por exemplo, a visão clássica de um Nordeste tripartido em mata, agreste e sertão, sem se dar conta, como adverte o economista João Gonçalves de Souza, das especificidades das serras e vales úmidos do sertão, das partes semi-áridas e semi-úmidas dos litorais do Rio Grande do Norte e do Ceará, do vale do Parnaíba, dos cocais do Piauí e do Maranhão, da pré-Amazônia maranhense — para citar apenas algumas áreas importantes — constitui equívoco em que geralmente incorrem os jejunos em assuntos relacionados com a economia nordestina.

O Nordeste é uma das mais extensas e populosas regiões subdesenvolvidas do Hemisfério Ocidental, atingindo sua renda "per capita" apenas 46% da renda média do brasileiro e 27% da do habitante de São Paulo. Tendo em conta que a renda é mais concentrada no Nordeste, como se mostrará mais adiante, a disparidade, medida em termos de níveis de vida da massa populacional, ainda é bem maior.

Dentro do Nordeste, observam-se, também, desigualdades acentuadas de níveis de renda. A renda "per capita" do Piauí corresponde a pouco mais de 50% da renda média do nordestino, representando, portanto, em torno de 23% da do Brasil.

O diferencial de níveis de renda existente entre o Nordeste e outras áreas desenvolvidas do País constitui, inofismavelmente, o mais grave proble-

ma que se coloca aos governantes na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional.

Se fosse um país, o Nordeste seria um dos maiores do mundo, pois há mais de 100 com área inferior a sua e apenas 16 com área superior. Por outro lado, a região é uma das mais populosas do mundo, existindo mais de 100 países com população inferior à sua.

Consoante levantamentos feitos por Pedro Jorge Ramos Vianna, economista do Banco do Nordeste do Brasil, se o Nordeste fosse uma nação ocuparia o 79º lugar no "ranking" mundial, levando-se em conta sua área, população, nível do seu PIB total e "per capita" e diversos indicadores de natureza social, cultural e demográfica.

A economia nordestina registrou, no período 1960/80, taxa média de expansão real bastante expressiva, ligeiramente inferior (7,2%) à conseguida pela economia brasileira (7,3%). Desse modo, como se comentará de forma detalhada no capítulo III (Análise do Desempenho da Economia Nordestina do Período 1960/80), a participação do Nordeste dentro do sistema econômico brasileiro, considerados os anos extremos do mencionado período, manteve-se praticamente inalterada.

Ressalte-se que na década de 60 a taxa de crescimento da economia nordestina (4,6% ao ano) situou-se bem abaixo da obtida pela economia brasileira (6,2% ao ano). Nos anos setenta, entretanto, como decorrência do excepcional desempenho experimentado pelas atividades industriais e terciárias, sua taxa de crescimento elevou-se para 9,7% ao ano, superando a alcançada pela economia brasileira (8,6% ao ano). Observou-se, assim, na década de 70, tendência para diminuição das disparidades, como chegou a ocorrer após 1955 e até os primeiros anos da década de 60.

O Nordeste apresenta estruturas de renda e de emprego típicas de regiões subdesenvolvidas.

Consoante estimativas elaboradas pela SUDENE, em 1980 o setor agropecuário concorreu com 19% para a formação da renda interna regional e, em São Paulo, aqui tomado como ponto de referência por ser o Estado mais industrializado do País, com apenas 5%, de conformidade com dados da FGV.

Os setores industrial e de serviços participaram, naquele ano, com 27 e 54%, respectivamente, da renda nordestina e com 48 e 47% da renda de São

Paulo, o que evidencia a maior importância relativa da agricultura na região Nordeste e da indústria e serviços naquele Estado.

Gerando 19% da renda, a agropecuária nordestina absorvia, em 1980, cerca de 50% do volume de emprego regional, caracterizando-se essa atividade, portanto, como de baixíssima produtividade.

Sem embargo, a renda média por pessoa empregada na agricultura nordestina em 1980 representava apenas 18 e 24%, respectivamente, da renda média da indústria e da do setor terciário.

A despeito de o Nordeste vir apresentando nas últimas décadas ritmo de crescimento bastante acelerado e possuir nível de renda "per capita" elevado comparativamente ao de outras áreas do mundo subdesenvolvido, constatam-se na região ainda fortes desequilíbrios sociais, tornando evidente, a exemplo do que se verifica a nível do país como um todo, que o modelo de desenvolvimento adotado não contribuiu para melhoria do perfil de distribuição de renda dentro do Nordeste, nem para redução do nível de desemprego.

A distribuição da renda na região é bastante desigual, segundo revelam os dados censitários de 1980, agravando-se, seguramente, de 1981 a esta parte, como decorrência da seca que há 5 anos assola a região, e dos efeitos da recessão econômica atual.

O subemprego na região alcança níveis elevadíssimos, atingindo cerca de 31%, situando-se em torno de 44% na zona rural e em cerca de 17% na zona urbana.

2 – Síntese do Processo de Evolução Econômica do Nordeste

A análise da história econômica do Nordeste revela que a região teve apenas um período de grande prosperidade, que perdurou do final do século XVI até por volta de 1650.

Nesse período expandiu-se rapidamente a economia açucareira, totalmente voltada para os mercados europeus.

A economia açucareira, altamente especializada e lucrativa, ocupou as terras de melhor qualidade, fator mais escasso na região, induzindo a penetração e povoamento do interior, utilizando técnica extremamente primitiva, com base na pecuária extensiva e agricultura de subsistência, tendo em vista

a necessidade de produção de carne, animais de tração e alimentos em geral, indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Tratando-se de uma economia altamente concentradora de renda, apropriada por reduzido número de latifundiários, dificultou a formação de um mercado interno, sem o qual, conforme assinala Celso Furtado, não é possível passar da economia de exportação para a economia industrial, diferentemente do que ocorreu em São Paulo com o café, que é uma lavoura distribuidora de renda.

Assim, quando a atividade açucareira entrou em declínio, por um longo período que se estendeu de 1650 até 1900, durante o qual ocorreu vertiginosa queda de preços, em consequência, fundamentalmente, da concorrência da produção antilhana, o Nordeste manteve-se em estagnação relativa, esgotando-se, portanto, toda a força que impulsionava o crescimento do sistema econômico regional, que se revelou incapaz de propiciar a transição automática para a industrialização.

A despeito disso, continuou o processo de ocupação do interior, através da exploração das terras de inferior qualidade e mais sujeitas ao fenômeno das secas, utilizadas na produção de lavouras de subsistência, favorecendo a formação do minifúndio e de que resultou uma economia de produtividade extremamente baixa.

Conclui-se, portanto, que o crescimento e expansão desse segmento de subsistência, que permitiu o aproveitamento da mão-de-obra que a produção açucareira não podia absorver quando entrou em crise, resultou do debilitamento da própria economia canavieira e não porque houvesse um fator dinâmico a impulsioná-la.

De 1900 até os anos cinqüenta, a economia nordestina chegou a experimentar alguma reativação como resultado de sua vinculação ao mercado em expansão do Centro-Sul, registrando, todavia, moderado aumento de sua renda "per capita". O ritmo de crescimento nessa fase foi bastante lento, de modo que o Nordeste continuou a perder posição dentro do sistema econômico nacional.

Realmente, a renda "per capita" do Nordeste, que em 1939 representava 48% da nacional, declinou até um mínimo de 37% em 1955. A complexidade do problema nordestino se amplia, se se leva em conta a semi-aridez de grande parte do território e as secas periódicas que afetam a região.

A insuficiência do crescimento regional resultava em subemprego e desemprego, tanto no setor rural como nos centros urbanos, provocando acentuado êxodo para o resto do país. Nas cidades, com a população dobrando em cada 10 ou 15 anos, as pressões sociais se agravaram, tendo em vista que a indústria incipiente e atrasada era incapaz de propiciar oportunidades de emprego à mão-de-obra.

A tomada de consciência do Governo Federal com relação aos problemas regionais data de pouco mais de um século, surgindo por ocasião da grande seca de 1877, que perdurou até 1879, cujos efeitos foram bastante calamitosos.

O esforço governamental destinado a evitar a contínua deterioração da participação do Nordeste na economia nacional, iniciado a partir da crise climática de 1877, partia do pressuposto de que o fenômeno natural da seca era a causa básica do atraso da região.

Dentro dessa concepção, a política do Governo Federal dava ênfase à construção de açudes, que se revelou, contudo, com o passar do tempo, ineficaz.

Na chamada fase da política hidráulica concebida após a seca de 1877, a imagem do Nordeste perdurou, ao longo de dezenas de anos, como a de uma região-problema, com uma economia pobre, periodicamente desorganizada por crises climáticas e uma população cujo nível de vida se distanciava cada vez mais da média nacional.

Na década de 50, entretanto, ocorreu radical mudança do enfoque da política do Governo Federal para a região, passando-se da orientação defensiva e limitada do combate às secas para outra de caráter mais afirmativo e abrangente, atentando-se para as variáveis básicas que influenciam o processo de desenvolvimento econômico e social.

Como instrumento dessa nova concepção, foram criados, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil e, em 1959, a SUDENE, com a finalidade de coordenar a política de desenvolvimento do governo para a região, cabendo mencionar, também, a instalação anterior da CHESF, em 1948, lançando as bases para a futura industrialização da área.

A partir de 1956 e até os primeiros anos da década de 60, observou-se a reversão daquela tendência secular de deterioração da posição relativa do Nordeste, em função da nova política econômica, do menor crescimento populacional na região e de uma série de fatores circunstanciais favoráveis.

No período do chamado "milagre econômico" (1968/74), a taxa de expansão obtida pela economia nordestina, conquanto bastante expressiva, situou-se bem abaixo (7,2% ao ano) da registrada pela economia brasileira (10,9%), voltando a região, nessa fase, a perder posição dentro do sistema econômico brasileiro.

Na segunda metade da década de 70 (1975/80), entretanto, a situação inverteu-se, ficando a taxa de crescimento econômico do Nordeste (9,6% ao ano) acima da apresentada pelo país (6,9% ao ano), como decorrência da evolução muito favorável das atividades industriais e de prestação de serviços. Essas atividades na região registraram crescimento de quase 11% ao ano, de conformidade com dados recentemente divulgados pela SUDENE.

Nas duas últimas décadas (1960/80), a despeito de a região ter sido afetada por diversas crises climáticas, sua taxa de expansão (7,1% ao ano) foi praticamente idêntica à do País (7,4%), diminuindo ligeiramente as disparidades regionais, medida em termos de percentagens da renda "per capita" regional em relação à nacional, como resultado do menor crescimento da população nordestina.

Mas, o que é importante destacar é que ocorreu, nas duas últimas décadas, substancial mudança da mentalidade e de atitudes na região, tanto por parte do empresariado, lideranças e governos, como do povo em geral. Disseminou-se, a par disso, a idéia do desenvolvimento planejado, passando o Nordeste a ser apresentado como uma região viável e de amplas oportunidades de investimentos, clima fundamentalmente diferente daquele que prevaleceu durante muitas dezenas de anos, característico do Nordeste tradicional, resignado e fatalista, sem nenhuma possibilidade de progresso.

3 – Desempenho da Economia Nordestina no Período 1960-1980

3.1 – Considerações Gerais

Sumariam-se, dentro deste capítulo, os principais fatos relacionados com a evolução da economia nordestina no período 1960/80, a nível de setores mais representativos e de suas atividades, estabelecendo-se, sempre que possível, comparações com os números relativos à economia brasileira e procurando-se, ao mesmo tempo, a identificação dos fatores mais relevantes que influenciaram os resultados observados.

A par disso, examinam-se as modificações verificadas na estrutura da renda regional ao longo do período, bem como as alterações ocorridas na sua distribuição em termos espaciais e pessoais.

O início do período considerado nesta análise coincide com a entrada em funcionamento da SUDENE, organismo de natureza renovadora, criado pelo Governo Federal com a finalidade de formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e coordenar, ao mesmo tempo, a ação das principais agências governamentais com atuação na área, de forma a evitar a multiplicação de políticas em âmbito regional e a superposição de esforços, com o objetivo de corrigir gradualmente as disparidades de níveis de desenvolvimento que se vinham observando entre a região e o resto do país.

Conquanto extremamente sumária, a análise do desempenho da economia regional nos últimos 20 anos não deixa de refletir, em certa medida, os resultados e uma avaliação da nova política econômica instituída pelo Governo Federal para a região com a criação daquele órgão, fornecendo indicações gerais capazes de contribuir para a correção dos desvios observados no processo de desenvolvimento recente do Nordeste.

3.2 – Evolução da Renda Interna Total

Pouquíssimos países e regiões do mundo apresentaram taxas de expansão tão expressivas, no período 1960/80, como o Nordeste e o Brasil, consoante se infere da comparação de dados divulgados pelo Banco Mundial no documento "World Development Report 1983", relativos a 125 países de diferentes níveis de renda "per capita", incluídos os exportadores de petróleo e aqueles de economias industrialmente avançadas, com os disponíveis para o país e para a região.

De fato, no período mencionado, de conformidade com dados recentemente revistos pela SUDENE, a economia nordestina registrou taxa de crescimento geométrica anual de 7,1% e a economia brasileira de 7,4%. Como decorrência dessas taxas pouco diferenciadas de crescimento, a posição relativa do Nordeste na economia nacional praticamente não se modificou, mantendo-se em torno de 13,5%, considerados os anos extremos do aludido período, interrompendo-se, desse modo, a tendência que se vinha configurando secularmente de queda da participação relativa da região dentro do sistema econômico brasileiro.

A menor expansão da economia nordestina no período enfocado deveu-se, como se mostrará dentro deste tópico, ao fraco desempenho do setor primário, afetado, nas décadas de 1960 e de 1970, por freqüentes crises climáticas. Essas crises provocaram reduções substanciais no nível de produção daquele setor, contribuindo, também, para a diminuição no ritmo de atividades daqueles segmentos industriais e de prestação de serviços dependentes do suprimento de matérias-primas agrícolas de origem regional.

Consigne-se que, no período sob análise (1960/80), ocorreram 7 (sete) secas na região, 4 (quatro) das quais de caráter generalizado, de que resultaram quebras expressivas nas safras agrícolas e redução dos efetivos pecuários regionais, além de inundações em 1974.

Não fora a ocorrência dessas conturbações climáticas, seguramente a economia nordestina alcançaria desempenho superior ao obtido pela economia brasileira.

Sem embargo, enquanto os setores industrial e de serviços do Nordeste e do Brasil apresentaram grande dinamismo no período, crescendo a taxas mais ou menos idênticas (no Nordeste as atividades de prestação de serviços e industriais registraram taxas de expansão de 8,7 e 8,4% ao ano, respectivamente, e no Brasil, de 8,2 e 8,1% ao ano), a agropecuária nordestina acusou crescimento de apenas 3,6% ao ano, contra 4,4% ao ano experimentado pela agropecuária brasileira como um todo.

Assim, e os dados o evidenciam claramente, o menor ritmo de expansão da economia nordestina ao longo do período 1960/80, em comparação com o da economia brasileira, está associado, indiscutivelmente, à baixa "performance" registrada pelas atividades primárias regionais em consequência de problemas de natureza climática.

Desse modo, caso não tivessem ocorrido anormalidades climáticas no Nordeste nos anos sessenta e setenta, com a frequência e intensidade observadas, a agropecuária nordestina teria exibido resultados mais auspiciosos, propiciando a obtenção de taxa global de crescimento mais elevada pela economia regional.

Abstraídos os efeitos diretos das adversidades climáticas mencionadas, a economia nordestina, no período 1960/80, poderia ter obtido taxa de crescimento em torno de 7,7% ao ano, admitindo-se que o setor primário regional se expandisse à taxa de 5% ao ano.

Ressalte-se que, historicamente, em períodos de relativa normalidade climática, a taxa de crescimento do setor primário regional situou-se em torno de 5% ao ano.

Conclui-se, portanto, que a menor taxa de crescimento da economia nordestina frente à economia brasileira no período sob análise se deveu exclusivamente ao lento crescimento das atividades primárias, posto que, como demonstrado, os setores secundário e terciário acusaram taxas altamente ex-

pressivas, alcançando níveis tão elevados quanto os registrados por esses setores no país como um todo.

Os resultados alcançados pela economia nordestina no período 1960/80 são, sem dúvida, bastante positivos, se se leva em conta, adicionalmente, que no subperíodo 1968/74 a economia brasileira, beneficiada por um conjunto de fatores altamente favoráveis, apresentou excepcional reativação, registrando crescimento de 10,9% ao ano, contra apenas 7,2% ao ano experimentado pela economia regional. Nesse subperíodo, a agropecuária nordestina apresentou taxa de crescimento de apenas 2,0% ao ano. De 1960 a 1967, o crescimento experimentado pela economia brasileira ficou em torno de 4,7% ao ano, inferior ao obtido pelo Nordeste (5,3% ao ano), possibilitando alguma melhoria da posição relativa da região dentro do sistema econômico brasileiro, tendência que se vinha observando após 1955.

Na segunda metade da década de 70 (subperíodo 1975/80), ocorreu forte aceleração na economia regional, em contraposição à desaceleração da economia nacional, devido, em grande parte, ao agravamento dos problemas de balanço de pagamentos e do processo inflacionário. A taxa global da expansão da economia brasileira (6,9% ao ano) situou-se bem abaixo da obtida pela economia nordestina (9,6% ao ano), tendo em conta que, nesse subperíodo, o setor primário regional apresentou taxa de crescimento de 4,2% ao ano, registrando as atividades secundárias e terciárias taxas anuais de expansão de 10,5 e 10,8% respectivamente.

3.3 – Evolução da Renda do Setor Agrícola

Conforme comentado no tópico anterior, a agropecuária regional apresentou, no período 1960/80, desempenho insatisfatório, registrando crescimento geométrico de apenas 3,6% ao ano, pouco superior ao da população (2,3% ao ano), impossibilitando à economia nordestina a obtenção de resultados mais expressivos naquele período.

O lento crescimento das atividades agropecuárias regionais está basicamente associado à ocorrência de 7 (sete) secas na região, de caráter parcial e generalizado, nos anos de 1966, 1968, 1969, 1970, 1976, 1979 e 1980 e de enchentes em 1974.

Segundo cálculos efetuados pela SUDENE, a seca de 1970, que apresentou maior intensidade, provocou queda real no nível do produto agrícola regional de 15,6%, o que bem dá uma idéia dos seus efeitos negativos sobre o nível da renda global.

O comportamento da agropecuária regional no período enfocado, como se pode deduzir, foi bastante errático. As taxas anuais de crescimento observadas oscilaram entre o mínimo de - 17,4% (negativa), em 1970, e 34,5% (positiva) no ano seguinte, em 1971, o que põe em evidência, aliás, o seu rápido poder de recuperação.

A desagregação dos dados do período 1960/80, segundo intervalos selecionados, revela que, no subperíodo 1960/67, a agropecuária nordestina chegou a apresentar taxa de expansão (3,9% ao ano) ligeiramente superior à registrada pela agricultura brasileira considerada como um todo. Nesse subperíodo, ocorreu apenas uma seca na região, em 1966, de caráter parcial.

No subperíodo 1968/74, que coincide com o "boom" da economia brasileira, a taxa de crescimento do setor primário nordestino reduziu-se para 2,0% ao ano, enquanto a da agricultura brasileira se elevou para 5,3%. Ocorreram, nesse intervalo de tempo, 3 (três) secas na região (1968, 1969 e 1970) e enchentes em 1974. A seca de 1970 e essas últimas provocaram perdas expressivas no setor agropecuário.

No último subperíodo da série analisada (1975/80), a agropecuária regional registrou crescimento de 4,2% ao ano, contra 4,6% experimentado pela agropecuária brasileira, a despeito da ocorrência de secas nos anos de 1976, 1979 e 1980.

Devido à evolução pouco favorável do setor agropecuário regional nas duas últimas décadas, a participação do Nordeste na formação da renda agrícola brasileira sofreu sensível declínio, caindo de 28%, em 1960, para cerca de 17%, em 1980. No período 1960/80, a agricultura brasileira cresceu à taxa geométrica anual de 4,4%.

A par dos problemas climáticos que periodicamente afetam seu nível de atividades e da pobreza relativa dos seus solos, outros fatores (reduzido nível de capitalização, baixa qualificação de sua mão-de-obra, tecnologia incipiente e estrutura fundiária inadequada, para citar apenas os principais), têm contribuído, também, para que sejam extremamente reduzidos os níveis de produtividade obtidos pelo setor agropecuário nordestino.

A produtividade da agricultura nordestina, expressa através da renda por pessoa economicamente ativa, alcançou, em 1980, apenas 17,7% da do setor industrial e 25,4% da do setor de serviços.

Ressalte-se que, naquele ano, a renda por pessoa ocupada na agricultura de São Paulo foi 3,3 vezes superior à auferida na agricultura nordestina.

É bastante baixo o nível de capitalização da agricultura nordestina, de que resultam os índices extremamente reduzidos de produtividade mencionados.

Em 1975, a relação capital/pessoal ocupado na agricultura regional, segundo dados do Censo Agropecuário, representou apenas 42 e 14%, respectivamente, dos valores calculados para a agricultura brasileira como um todo e para a agricultura paulista.

O crescimento das lavouras regionais nos últimos decênios tem-se verificado através da mera incorporação de terras, observando-se, ademais, quedas de produtividade das principais culturas (mandioca, milho, algodão, feijão, arroz, mamona e sisal).

Esse tipo de crescimento extensivo resulta no declínio dos índices de produtividade, posto que as áreas que vão sendo incorporadas ao processo de produção apresentam seguramente fertilidade inferior, tendendo, por outro lado, a esgotar-se nos próximos anos devido a limitações de disponibilidades de terras agricultáveis.

A pecuária, que representa cerca de 25% do produto agrícola nordestino, apresenta, também, insuficientes índices de produtividade, decorrentes das péssimas condições alimentares, deficiências sanitárias, limitações zootécnicas e escassa assistência técnica a que estão submetidos os rebanhos.

A par da baixa taxa de desfrute do rebanho regional (a do rebanho bovino situa-se em torno de apenas 10%) comparativamente às de outras áreas produtoras, refletindo a reduzida produtividade da pecuária nordestina, tem-se observado, nos últimos anos, acentuado aumento no abate de matrizes bovinas na região, o que irá comprometer o crescimento dos rebanhos nos próximos anos.

A participação do Nordeste nos efetivos bovinos do País mostrou-se praticamente inalterada entre o início e o fim do período considerado, mantendo-se em torno de 19%.

3.4 – Evolução da Renda do Setor Industrial

O setor industrial nordestino experimentou grande dinamismo no período 1960/80, expandindo-se à taxa geométrica de 8,4% anualmente, contra 8,1% ao ano registrada pela indústria brasileira como um todo.

Desse modo, considerados os anos extremos do período sob comentário, a contribuição do Nordeste para a formação da renda industrial do país elevou-se ligeiramente, revertendo-se, assim, a tendência que se vinha observando, em períodos anteriores, de declínio relativo acentuado da participação regional. Excluídos os resultados pouco expressivos observados em 1963 (1,8%), 1964 (5,2%), 1971 (3,8%) e em 1980 (2,7%), as taxas anuais de crescimento do setor industrial nordestino oscilaram entre o mínimo de 6,2% (1975) e o máximo de 15,0% (1968). Em um período de 20 anos, em 7, as taxas de expansão oscilaram entre 10 e 15% ao ano, e de 6 a 9%, durante 9 anos. Apenas na chamada fase do “boom” da economia brasileira (1968/74), o setor industrial nordestino expandiu-se a taxa inferior (8,3% ao ano) à obtida pela indústria brasileira (12,0% ao ano). Realmente, nos subperíodos 1960/67 e 1975/80, as taxas de crescimento da indústria nordestina atingiram 6,4 e 10,5% ao ano, respectivamente, contra 4,8 e 7,6% anualmente registradas pelo setor industrial brasileiro.

Cabe assinalar que o ritmo de crescimento da indústria regional foi mais acelerado na década de 70 do que na década anterior.

De fato, sua taxa de expansão na última década situou-se em torno de 9,3% ao ano, contra 7,5% ao ano na de 60. É que a maior parte dos projetos manufatureiros aprovados até o final da década de 60 só começou a produzir e a gerar renda a partir dos anos setenta.

Dentro do setor industrial, cabe destacar o desempenho da indústria de transformação (contribui com cerca de 62% para a formação da renda setorial), apoiada basicamente na política de incentivos fiscais instituída pelo Governo Federal no início da década de 60, possibilitando a criação de recursos para promover a expansão desse segmento.

As liberações de recursos de incentivos fiscais para o Nordeste atingiram, no período 1962/80, o montante de Cr\$ 1.007,2 bilhões, a preços de 1982, canalizados na sua maior parte (em torno de 65%) para a indústria de transformação.

Como indicador das amplas oportunidades industriais do Nordeste, bem como do potencial de crescimento do seu segmento manufatureiro, consigne-se que, no período 1960/82, foram aprovados 1.383 projetos pela SUDENE, totalizando investimentos de Cr\$ 4.143,5 bilhões, a preços de 1982. Quando todos esses projetos estiverem em pleno funcionamento propiciarão a geração de quase 350 mil empregos diretos na região e de cerca de 700 mil empregos indiretos, aportando anualmente à renda regional cifra em torno de Cr\$ 1.642,5 bilhões, a preços daquele mesmo ano.

Ressalte-se que a produção da indústria de transformação regional cresceu, de 1970 a 1980, em termos reais, à taxa de 13,1% ao ano, superior à registrada por esse mesmo segmento no país como um todo (10,8% ao ano), de que resultou o aumento da participação do Nordeste, entre o início e o fim daquele subperíodo, de 6,3% para 7,7% no total da produção nacional dessa classe industrial.

Refletindo o crescimento mais acelerado do segmento manufatureiro regional ao longo de todo o período 1960/80, o consumo de energia como força motriz, indicador associado à oferta de bens industriais, experimentou notável expansão, crescendo à taxa de 15,2% ao ano (12,3% ao ano na década de 60 e 18,1% ao ano na década de 70), enquanto no país como um todo essa categoria de consumo evoluiu à taxa de 10% ao ano. Em consequência desse fato, a participação do Nordeste no consumo nacional de energia elétrica como força motriz mais do que dobrou entre o início e o fim do período, passando de 5,1% para 12,6%.

As demais classes industriais que compõem o setor secundário nordestino, à exceção, apenas, da indústria extrativa mineral, cujo desempenho foi modesto, também registraram grande dinamismo no período sob análise, notadamente a indústria de energia elétrica.

De fato, a indústria de energia elétrica nordestina, que contribui com cerca de 90% para a formação da renda dos serviços industriais de utilidade pública, apresentou excepcional desempenho. A produção dessa indústria na região evoluiu de 1.230.000 Mwh, em 1960, para 16.746.000 Mwh, em 1980, expandindo-se à taxa de quase 14% ao ano, muito acima da registrada por essa atividade no país como um todo (9,5% ao ano), possibilitando que a participação do Nordeste na produção brasileira de energia elétrica, entre o início e o fim do período analisado, passasse de 5,4 pra 12,0%, mais do que dobrando.

O substancial crescimento da indústria energética nordestina foi induzido em grande parte pela própria ampliação das atividades do segmento manufatureiro regional, bem como pelo acentuado aumento da demanda de energia para fins residenciais, que experimentou também forte expansão, evoluindo no período à taxa de 14% ao ano.

Foi também bastante satisfatório o desempenho da indústria da construção civil na região, como se depreende dos dados relativos ao consumo aparente de cimento, indicador que apresenta estreita correlação com o comportamento desse ramo de atividades, que participa com cerca de 23% da renda do setor secundário nordestino.

Realmente, no período sob comentário, o consumo aparente de cimento no Nordeste cresceu a taxa superior (10,5% ao ano) à observada no país (8,3% ao ano), fazendo com que a participação da região no total nacional relativo à utilização desse insumo aumentasse de 11,2%, em 1960, para 16,6%, em 1980.

Informações relativas à evolução dos investimentos em edificações residenciais e não-residenciais e em obras, elaboradas pela SUDENE, bem como sobre as aplicações do BNH na região, indicam também ter sido altamente positivo o desempenho dessa classe industrial no período analisado.

Aqueles investimentos, no período 1965-79, expandiram-se à elevada taxa de 10,3% ao ano.

Conclui-se, portanto, com base nos dados e indicadores analisados, que o ritmo de crescimento do setor industrial nordestino, nas duas últimas décadas, foi bastante expressivo, superando ligeiramente, como mencionado anteriormente, o da indústria nacional.

Os resultados obtidos, contudo, poderiam ter sido mais auspiciosos.

Efetivamente, estudos realizados pelo Banco do Nordeste no início dos anos setenta, através do ETENE, divulgados no documento "Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980", indicavam a viabilidade de o setor industrial nordestino expandir-se, na década de 70, à taxa de 15% ao ano, muito acima, portanto, da efetivamente obtida nesse subperíodo (9,3% ao ano), como forma de viabilizar o crescimento da economia regional a uma taxa em torno de 10% ao ano. Para obtenção desse crescimento global, a agricultura e os serviços deveriam expandir-se a taxas de 6,5 e 10% ao ano, respectivamente.

Se atingido o desempenho previsto para a economia regional na década de 70 com base nessas taxas setoriais, a renda "per capita" nordestina praticamente dobraria, atenuando-se as disparidades regionais e ocorreriam modificações na estrutura da renda regional, elevando-se substancialmente a participação da indústria, que chegaria quase a dobrar. Reduzir-se-ia a taxa de desemprego global de 16 para 11%, caindo no setor urbano de 25 para 18% e, no rural, de 10 para 7%.

À indústria, de acordo com o trabalho do ETENE a que se fez menção, caberia desempenhar papel estratégico importante como fator de dinamização e transformação da economia nordestina, a partir de 1970. Tanto a taxa de crescimento mais elevada da economia como um todo como as modificações esperadas na sua estrutura estariam basicamente associadas à expansão acelerada do setor industrial.

O dinamismo transmitido pelo setor industrial não se limitaria, evidentemente, ao aspecto de uma taxa setorial influenciando a taxa global. A maior aceleração do crescimento industrial teria efeitos sociais e políticos altamente positivos, contribuindo para a difusão da cultura, o aumento da mobilidade social, o desenvolvimento do espírito empresarial e uma distribuição mais equilibrada da riqueza e da renda em termos de tendência de longo prazo.

Outro efeito positivo da industrialização seria o de tornar a região menos dependente das periódicas crises do setor agrícola.

Na estimativa da taxa de crescimento do setor industrial de 15% ao ano na década de 70, levou em conta o ETENE o impacto dos projetos aprovados até 1971 e a continuidade do dinamismo experimentado pelos setores de energia elétrica, mineração e construção civil nos anos sessenta.

O atingimento daquela taxa setorial permitiria a consolidação do esforço de industrialização observado até o final da década de 60, implicando, evidentemente, o suprimento de recursos em volume suficiente à implantação e funcionamento dos projetos aprovados, que, infelizmente, não se verificou nos níveis desejados, como consequência da pulverização dos incentivos fiscais, estendidos à Amazônia, aos setores da pesca, reflorestamento, turismo e ao financiamento do PIN e do PROTERRA e a outras atividades.

Quando instituído, em 1962, o sistema de incentivos fiscais beneficiava exclusivamente a indústria nordestina, que hoje absorve apenas 20% das opções incentivadas do imposto de renda.

A perda de recursos sofrida pela indústria regional, de 1963 até 1980, devido à pulverização daqueles incentivos, ascende a Cr\$ 2.522,2 bilhões, a preços de 1982, cifra mais de 2,5 vezes superior às opções feitas em favor da SUDENE. Se esses recursos tivessem sido canalizados para o setor, na sua totalidade, teria sido possível a realização de investimentos na indústria da região no montante de Cr\$ 12.245,6 bilhões, possibilitando à indústria de transformação regional expandir-se a taxas muito mais altas que a estimada pelo ETENE para o subperíodo 1970-80 (15% ao ano).

Caberia assinalar, afinal, que parcelas expressivas dos recursos de incentivos fiscais transferidos ao Nordeste destinaram-se ao financiamento de projetos petroquímicos e de telecomunicações, setores que em outras regiões do país contaram com recursos específicos, reduzindo-se, assim, consideravelmente as fontes de recursos com que contou o segmento manufatureiro nordestino no período 1960-80.

3.5 – Evolução da Renda do Setor Terciário

O setor terciário nordestino apresentou, nos 2 últimos decênios, a exemplo das atividades industriais, alto dinamismo, registrando taxa média de expansão de 8,7% ao ano, superior à obtida pelas atividades terciárias brasileiras (8,2% ao ano) e mais acentuada que a experimentada pela economia como um todo (7,1% ao ano).

O setor, cuja composição é bastante heterogênea, englobando atividades de apoio à produção (comércio, transportes e comunicações, intermediários financeiros) e de interesse social (educação, saúde, etc.), além de outros serviços, concorre, tanto a nível regional como a nível nacional, com elevada percentagem (pouco mais de 50%), para a formação da renda global.

Considerando os anos extremos do período focado (1960/80), a participação do Nordeste na renda gerada pelas atividades terciárias brasileiras elevou-se ligeiramente, passando de 12,2 para 13,9%.

O exame dos dados anuais relativos à evolução dos índices de produto real do setor terciário regional mostra que, à exceção do resultado modesto obtido em 1965 (crescimento de apenas 2,5%), as taxas de expansão variaram de um mínimo de 5,3% (1966) ao máximo de 13,0% (1972). Em 14 anos, num período de 20, observaram-se taxas de crescimento superiores a 7%.

O crescimento do setor foi muito mais acelerado na década de 70 que na anterior. Realmente, nos anos setenta o setor expandiu-se à taxa de 10,9% ao ano, superior à registrada pela indústria nordestina, contra 6,6% ao ano na década de 60, fenômeno também observado, como comentado anteriormente, com respeito à evolução do setor secundário regional nos subperíodos considerados.

Os dados anuais examinados permitem inferir que o setor terciário nordestino possui certo grau de autonomia relativamente aos outros setores da economia nordestina, tendo em vista que o seu desempenho não sofre o impacto de fortes flutuações nas atividades primárias e secundárias, evoluindo de forma mais estável.

Em verdade, algumas atividades terciárias nordestinas constituem apoio para a expansão do mercado de bens industriais importados do Centro-Sul, ampliado, especialmente em anos de seca, através do aumento das transferências de recursos do Governo Federal para a região, o que se soma ao impacto transmitido pelos setores motrizes de dentro da própria região sobre o seu nível de atividades.

Dentro do quadro bastante positivo observado com relação ao desempenho do setor terciário como um todo nos últimos 20 anos, caberia destacar o excepcional desempenho das atividades financeiras e comerciais (concorrem com cerca de 65% conjuntamente para a formação da renda setorial), bem como das atividades de transportes, conforme se depreende da análise de alguns indicadores selecionados.

De fato, os empréstimos realizados pelo sistema bancário nordestino, indicador fortemente correlacionado com o nível das atividades financeiras, expandiram-se no período 1960/70 à taxa de quase 12% ao ano em termos reais, contra 8,3% ao ano considerando o sistema bancário brasileiro como um todo, fazendo com que a participação da região no volume global de empréstimos passasse de 7,8%, em 1960, para 15,0%, em 1980, praticamente dobrando.

Este foi o segmento que apresentou maior dinamismo no período, a despeito das medidas contencionistas adotadas pelas autoridades monetárias, a partir da segunda metade da década de 70, com vistas à redução dos elevados níveis inflacionários.

Quanto ao desempenho do comércio, consigne-se que a arrecadação do ICM, tributo que incide sobre a comercialização de bens e serviços de modo geral, registrou, ao longo do período analisado, crescimento anual de 10,6% em termos reais, ultrapassando a taxa observada na arrecadação desse imposto por todos os Estados brasileiros (9,0% ao ano).

Ressalte-se, por outro lado, que o consumo comercial de energia elétrica na região, indicador associado ao maior ou menor grau de utilização da capacidade instalada dos estabelecimentos comerciais, apresentou, no período analisado, crescimento de quase 15% ao ano, muito acima do verificado nessa categoria de consumo a nível do país como um todo (8,7% ao ano).

A participação do Nordeste no total nacional dessa categoria de consumo de energia quase que triplicou entre o início e o fim do período, passando de 4,0%, em 1960, para 11,8%, em 1980.

Os serviços de transporte rodoviário e ferroviário na região exibiram, também, índices de expansão satisfatórios nos dois últimos decênios.

Sem embargo, o volume de mercadorias transportadas nas ferrovias nordestinas, indicador fortemente associado ao nível de atividades desse segmento, evoluiu de 435,4 milhões de t-km, em 1960, para cerca de 1.926,0 milhões t-km, em 1980, acusando crescimento anual de 7,7%.

Por outro lado, dados disponíveis para o período 1966/1979, revelam que a receita das empresas ou serviços de transporte rodoviário no Nordeste cresceu, em termos reais, à elevada taxa de 18% ao ano.

Por último, caberia referir que os serviços comunitários sociais e pessoais, consoante dados elaborados pela SUDENE, registraram expansão real, no período 1965/80, de 8,1% ao ano, enquanto as atividades de transportes, armazenagem e comunicações experimentaram crescimento de 6,5%.

3.6 – Evolução da Renda “Per Capita” e sua Distribuição em Termos Pessoais e Geográficos

A despeito de a economia nordestina ter apresentado, ao longo do período 1960/80, crescimento menos acelerado que a economia brasileira, sua renda “per capita” registrou taxa de expansão real de 4,7% ao ano, ligeiramente superior à da renda “per capita” brasileira (4,6% ao ano), reduzindo-se um pouco nesse intervalo de tempo, portanto, o desnível relativo entre o

Nordeste e o país, com respeito à evolução desse indicador. É que a população nordestina experimentou taxas de crescimento, tanto na década de 60 quanto na de 70, mais baixas (2,4 e 2,2% ao ano, respectivamente) que as da população brasileira (2,9 e 2,5% ao ano, na mesma ordem).

Entre o início e o fim do período analisado, a participação da renda "per capita" do Nordeste relativamente à do país passou de 43 para 46%.

A análise da evolução da renda "per capita" regional, segundo intervalos de tempo selecionados, mostra que a sua taxa de expansão no subperíodo 1960/67 (2,8% ao ano) situou-se pouco acima da relativa à renda "per capita" brasileira (1,7% ao ano).

No subperíodo 1968/74, em que a economia brasileira apresentou desempenho brilhante, expandindo-se à taxa de 10,9% ao ano, contra 7,2% ao ano registrada pela economia nordestina, a taxa de crescimento da renda "per capita" regional, conquanto bastante expressiva (4,7% ao ano), situou-se bem abaixo da calculada para o país como um todo (7,8% ao ano).

Na segunda metade da década de 70 (subperíodo 1975/80), entretanto, a taxa de crescimento da renda "per capita" nordestina (7,2% ao ano) ficou bem acima da experimentada pela renda "per capita" brasileira (4,3% ao ano).

Com respeito à distribuição pessoal da renda regional, os dados censitários evidenciam uma situação crítica, conquanto tenha-se verificado alguma melhoria no seu perfil entre 1970 e 1980.

Realmente, os resultados do Censo Demográfico de 1980 revelam que 54,2% da população economicamente ativa (PEA) do Nordeste (6.207 mil pessoas) percebia somente até um salário mínimo e 11,3% (1.291 mil pessoas) não possuía qualquer rendimento, totalizando 65,5%, o que dá uma idéia da situação de pobreza absoluta em que se encontra parcela expressiva dos efetivos populacionais da região.

Em São Paulo, aqui tomado à guisa de comparação, apenas 16,1% da sua população economicamente ativa naquele ano ganhava até um salário mínimo e somente 3,3% não auferia rendimentos. Esses mesmos índices atinentes ao Brasil alcançavam 31,4 e 7,5%, respectivamente.

Localizava-se no Nordeste, no ano em referência, 45% da PEA brasileira com rendimentos até um salário mínimo e 39% sem qualquer rendimento.

A nível dos Estados que compõem o Nordeste, apenas a Bahia e Pernambuco registraram índices inferiores aos calculados para o conjunto da região, mas, ainda assim, bastante altos.

De fato, 54,2 e 50,9%, respectivamente, da PEA da Bahia e de Pernambuco, ganhavam até um salário mínimo, enquanto 11,3 e 11,1% não tinham rendimentos.

Os Estados do Piauí, Maranhão e Paraíba apresentaram as proporções mais altas da PEA classificadas dentro das duas faixas consideradas (até um salário mínimo e sem rendimentos), elevando-se os seus índices a 77,3, 72,0 e 71,9%, respectivamente.

Refletindo o forte grau de concentração da renda regional em termos pessoais, consigne-se que apenas 9,2% da PEA da região em 1980 percebeu mais de três salários mínimos, contra 32,6% em São Paulo e 21,1% no país como um todo.

O número de pessoas que, em 1980, no Estado de São Paulo, ganhavam mais de três salários mínimos (3.417 mil), era 3,3 vezes superior ao de pessoas, no Nordeste (1.048 mil), classificadas dentro desse grupamento, a despeito de a PEA da região ultrapassar a daquele Estado.

No Piauí, Maranhão e Paraíba, que apresentam estruturas de distribuição de renda ainda mais desiguais que a do Nordeste como um todo, os percentuais relativos às pessoas que perceberam mais de três salários mínimos alcançaram somente 5,9, 4,2 e 6,4%, respectivamente.

Tendo em conta que em torno de 50% da PEA da região exerce atividades no setor primário, onde os níveis de subemprego são bem mais altos que os observados nas atividades urbanas (o índice de subemprego na zona rural do Nordeste, em 1980, situou-se em torno de 46%, contra cerca de 17% na zona urbana), pode-se concluir que o perfil de distribuição da renda regional, em termos pessoais, está estreitamente associado às condições de remuneração da mão-de-obra agrícola, que, por seu turno, resultam em grande medida da estrutura da propriedade e riqueza, prevalecente naquele setor, também altamente concentrada, impedindo o desenvolvimento de um mercado regional em bases mais amplas.

Sem embargo, consoante revelam os dados censitários de 1980, os estabelecimentos agrícolas com 500 ha ou mais, representando apenas 1,0% do

número total, ocupavam 44,4% da área global, enquanto aqueles com área inferior a 10 ha (quase 70% do número) detinham somente 5% da área ocupada.

Quanto à distribuição geográfica da renda regional, dados elaborados pelas Secretarias de Planejamento dos Estados da região em convênio com a SUDENE, relativos ao período 1970/80, revelam que apenas a Bahia aumentou, de forma expressiva, a sua participação relativa na formação do produto interno nordestino entre o início e o fim do mencionado período, elevando-a de 33,0 para 36,0%. O produto interno estadual evoluiu à elevada taxa de 11,4% ao ano naquele período, em termos reais.

Os ganhos e perdas dos demais Estados, à exceção apenas de Pernambuco, não foram significativos. Pernambuco, que concorreu em 1970 com 25,0% para a formação do produto nordestino, teve a sua participação reduzida em 1980 para 21,0%, caindo 4 pontos percentuais.

O ganho de posição relativa da Bahia está estreitamente associado à evolução muito favorável das suas atividades industriais e de prestação de serviços, que registraram taxas de expansão de 13,4 e 12,1% ao ano, respectivamente. A participação da Bahia para a formação da renda do setor secundário regional aumentou de 33 para 41% entre o início e o fim do período, enquanto a participação das atividades industriais pernambucanas se reduziu de 26 para 22%.

No que tange à formação da renda do setor terciário nordestino, a contribuição da Bahia passou de 31 para 34%, caindo a de Pernambuco de 28 para 23%.

Acredita-se que a tendência configurada até 1980 de crescimento mais acelerado das atividades industriais e terciárias baianas tenha prosseguido nos anos subseqüentes, tendo em vista que a Bahia, onde se localiza o Pólo Petroquímico do Nordeste, absorveu cerca de 40% do investimento total dos projetos industriais aprovados pela SUDENE de 1960 até 1982.

Tal constatação evidencia que, internamente, o crescimento econômico não se vem processando de modo uniforme, deixando de favorecer os Estados mais pobres e agravando, desse modo, as disparidades intra-regionais.

3.7 – Mudanças Estruturais na Renda Interna Regional

Devido ao alto dinamismo apresentado pelas atividades industriais, bem como pelas de prestação de serviços, em contraposição ao modesto crescimento registrado pelo setor agropecuário, ocorreram, ao longo do período 1960/80, alterações significativas na composição da renda regional.

Com efeito, a participação do setor industrial para a formação da renda interna nordestina elevou-se de 22,3 para 27,4% entre o início e o fim do período analisado, declinando a do agropecuário de 30,8 para 18,5%. A participação do setor serviços, que já era bastante expressiva em 1960 (46,9%), aumentou para 54,1%.

Ressalte-se que, pelo menos nas décadas de 40 e 50, a estrutura da economia nordestina permaneceu praticamente inalterada, com a renda da agricultura girando em torno de 36% da renda total, a da indústria participando com 13% e a dos serviços com 51%.

Na verdade, as transformações verificadas nos dois últimos decênios na estrutura econômica do Nordeste já eram previstas em função do impacto esperado do programa de industrialização que teve início nos anos sessenta.

De fato, quando uma economia ingressa num processo de industrialização acelerado, como aconteceu no Nordeste a partir da segunda metade da década de 60, constata-se transformações relevantes na sua estrutura.

Entre essas transformações há uma que é das mais características, traduzida pela diminuição da proporção da renda do setor agrícola na renda total e pelo aumento correspondente da renda da indústria, permanecendo a do setor serviços praticamente a mesma ou elevando-se um pouco.

O aumento da participação da indústria na renda total e a redução da participação da agricultura implicam, obviamente, um crescimento daquela atividade a uma taxa superior à dessa última.

A experiência de vários países revela que, nas fases de crescimento mais acelerado da economia, o setor industrial tende a expandir-se a uma taxa duas a três vezes superior à da agricultura, enquanto o setor serviços, aproximadamente, no mesmo ritmo da economia como um todo.

Esse fenômeno ocorre pelo fato de que, à proporção que o nível de renda se eleva, os gastos com bens manufaturados e serviços aumentam mais depressa que as despesas com alimentação. Os gastos em alimentos podem passar de 80 a 90% da despesa total dos indivíduos, como se verifica nas classes de renda mais baixa em cidades do Nordeste, para cerca de 15%, que é a média em um país rico como os Estados Unidos.

Desse modo, ao modificar-se o perfil da procura em função de um aumento crescente dos gastos com bens industriais, altera-se simultaneamente a estrutura da oferta, induzindo uma maior ampliação das atividades industriais.

Portanto, deve-se concluir que a diminuição significativa da participação da agricultura na renda total do Nordeste nos últimos 20 anos teria ocorrido independentemente de o Nordeste ter enfrentado, no período, problemas climáticos graves, tendo em conta altas taxas de expansão experimentadas pelos setores secundário e terciário.

Consoante cálculos realizados, mesmo admitida a hipótese de não-ocorrência de secas e inundações no período analisado, a participação da agricultura na renda total ter-se-ia situado em torno de 19% em 1980, caindo, desse modo, 12 pontos percentuais com respeito à posição observada em 1960 (31%).

Relativamente às alterações verificadas dentro do setor industrial nordestino, dados elaborados pela SUDENE relativos ao período 1965/80 revelam que as indústrias de transformação e de energia elétrica aumentaram sua participação na renda setorial de 61,1 para 62,4%, e de 3,4 para 5,8%, respectivamente, entre o início e o fim do mencionado período, diminuindo a da construção civil de 28,1 para 23,1%. A participação da indústria extrativa mineral elevou-se de 7,4 para 8,7%.

As modificações mais importantes, contudo, foram observadas na estrutura da indústria de transformação, que absorveu a maior parcela dos incentivos fiscais carreados para o Nordeste.

Sem embargo, a participação dos chamados setores tradicionais na renda gerada por essa classe industrial reduziu-se de 70%, em 1959, para 43% em 1980, enquanto a dos setores dinâmicos passou de 30 para 57%. A perda de posição dos setores tradicionais deveu-se, fundamentalmente, à queda relativa acentuada das indústrias de alimentos, bebidas e fumo (de 36 para 22%) e da têxtil (de 24 para 13%).

Para o aumento da participação dos setores dinâmicos ~~concorrentes~~, basicamente, os ganhos de posição das indústrias metalúrgica (de 2,1 para 8,4%), química (de 14,9 para 31,7%), mecânica (de 0,2 para 3,0%), material elétrico e de comunicações (de 0,2 para 2,3%) e de produtos de matéria plástica (de 0,0 para 1,8%).

A diversificação por que passou a indústria de transformação pode ser inferida, também, pela queda de participação dos setores produtores de bens de consumo não-duráveis (de 65,7%, em 1959, para 39,2%, em 1980), em contraposição ao aumento de 31,1 para 51,6% dos bens intermediários e de 3,2 para 9,2% dos bens de capital e de consumo duráveis.

No âmbito do setor terciário nordestino ocorreram, igualmente, algumas modificações na sua estrutura no período 1965/80, de conformidade com dados elaborados pela SUDENE.

Com efeito, os setores vinculados às atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas elevaram sua participação de 27,4 para 35,8%, entre o início e o fim do aludido período, na formação da renda setorial, enquanto a do comércio e a dos serviços comunitários sociais e pessoais caíram de 33,5 para 29,6 e de 28,7 para 23,1%, respectivamente, aumentando a dos serviços de transportes, armazenagem e comunicação de 10,4 para 11,5%.

3.8 – Conclusões Principais

Os comentários expendidos sobre a evolução da economia regional nas duas últimas décadas tornam evidente que o Nordeste vem respondendo de forma positiva ao esforço desenvolvido pelo governo federal, visando à aceleração do seu crescimento.

Ocorreu considerável progresso em diversos setores nos últimos anos, ampliando-se e modernizando-se a infra-estrutura de transportes, energia elétrica e de telecomunicações, constatando-se, igualmente, melhoria de alguns aspectos de natureza social.

Realmente, o número de quilômetros de estradas pavimentadas federais na região aumentou mais de 8 vezes no período, passando de apenas 1.478 km, em 1960, para 12.820 km, em 1980. A capacidade instalada para produção de energia elétrica elevou-se de apenas 492 MW para 4.660 MW, entre o início e o fim do período, crescendo 9,5 vezes.

Por outro lado, o número de matrículas no ensino primário praticamente triplicou de 1960 a 1980, crescendo mais de 9 vezes no ensino secundário e mais de 14 vezes no ensino superior, de que resultou, evidentemente, a elevação dos níveis educacional e cultural da região.

No que se refere a abastecimento de água, consigne-se que, em 1980, 2,2 milhões de domicílios encontravam-se ligados à rede de água geral, contra apenas 146 mil em 1960, isto é, quase 15 vezes mais. O número de domicílios ligados à rede elétrica também registrou crescimento substancial, passando de 479 mil unidades em 1960, para 3.029 mil unidades em 1980, mais do que sextuplicando.

As constatações apresentadas sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste nas duas últimas décadas, de forma bastante sumária, permitem concluir, por outro lado, que é necessário reforçar e ampliar, continuamente, o esforço visando a diminuir gradualmente as disparidades de níveis de desenvolvimento entre a região e outras áreas adiantadas do país, com o objetivo de integrá-la ao sistema econômico brasileiro e, simultaneamente, melhorar os padrões de bem-estar de sua população, que se situam, a despeito dos índices econômicos positivos obtidos nos últimos 20 anos, em níveis ainda bastante insatisfatórios.

Dentro dessa ordem de idéias, torna-se imperioso agilizar, de forma prioritária, a execução dos programas e projetos destinados à modernização, fortalecimento e diversificação da agricultura regional — Programa de Irrigação, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, Programa de Desenvolvimento da Agroindústria, PROHIDRO e outros —, de modo a torná-la menos vulnerável a problemas de natureza climática e econômica (quebras de safras, depressão dos preços internacionais ou internos dos seus principais produtos etc.) que periodicamente enfrenta.

Paralelamente, deve ser substancialmente ampliado o apoio ao programa de industrialização, que se encontra ainda em fase inicial, sem prejuízo, evidentemente, da continuidade e aumento dos investimentos governamentais, especialmente no campo social.

A execução integral dos diversos programas setoriais formulados para a região exigirá recursos adequados e superiores aos que vêm sendo destinados à área, a par do fortalecimento dos órgãos com responsabilidade no processo de desenvolvimento econômico do Nordeste, os quais, em consequência do esvaziamento por que passaram nos últimos anos, não puderam cumprir com eficácia as suas funções e objetivos.

Como mostrado ao longo deste capítulo, o crescimento até agora obtido não foi capaz de atenuar os graves problemas sociais enfrentados pela região, relacionados com os elevados índices de subemprego e de pobreza ainda observados e com a inadequada distribuição de sua renda em termos pessoais, para citar apenas os principais, devido à insuficiência dos recursos destinados pela União ao Nordeste.

De conformidade com dados levantados pela FGV, o Nordeste, cuja população corresponde a cerca de 30% da do país, absorveu, em 1975, apenas 12,9% dos gastos globais realizados pela união (considerados tanto os efetuados pelos órgãos da administração central como pelos da administração descentralizada), enquanto no Sudeste (representa 43% da população brasileira) foram efetuados 58% daqueles gastos.

Constata-se, em termos gerais, que as aplicações da União no Nordeste, em saúde, educação e outros serviços sociais básicos, situam-se em níveis incompatíveis com as reais necessidades da região, cujos indicadores sociais são bastante críticos.

Por outro lado, é evidente que o esforço realizado pelo governo federal nos últimos 20 anos no sentido de dotar a região de uma infra-estrutura de recursos hídricos adequada e da implantação de programas e projetos de desenvolvimento agrícola capazes de tornar o setor agropecuário regional menos vulnerável a fenômenos de natureza climática foi, sem lugar a qualquer dúvida, igualmente insignificante. Quanto ao programa de irrigação, por exemplo, consigne-se que, até 1982, foram implantados na região somente 55,7 mil ha, contra 1 milhão de ha em todo o país.

O Nordeste encontra-se hoje tão despreparado para enfrentar crises climáticas — e isso é bastante visível — quanto há duas décadas, com a agravante de que os seus efeitos no presente incidem sobre uma população consideravelmente maior, sendo por isso mesmo muito mais dramáticos do ponto de vista social.

A diminuição das disparidades regionais, uma das condições básicas para a criação de uma economia nacional integrada e de grandes dimensões, implica, obviamente, que se assegure grande impulso à economia nordestina, de modo que ela possa crescer em ritmo mais acelerado que a do país, a fim de propiciar amplas oportunidades de emprego para a mão-de-obra.

O objetivo de diminuição das disparidades regionais deve ser entendido como a redução, a níveis considerados aceitáveis pela consciência política e social da nação, do fosso econômico e social que separa o Nordeste do resto do país.

O atingimento desse objetivo exige a formação de uma consciência nacional em relação aos problemas regionais e, por outro lado, ampla mobilização política que possa induzir e pressionar o governo federal a aumentar, em termos efetivos, a sua ajuda à região por um período de tempo relativamente longo e de forma continuada, a fim de que o Nordeste possa ingressar em um processo de desenvolvimento dinâmico e auto-sustentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Gedyr Lírio de et alii. **Nordeste; Análise Conjuntural**. Fortaleza, BNB.ETENE, 9(1), jan./jun. 1976.
2. ————. ————. 14(2), jul./dez. 1978.
3. ————. **Perspectivas do desenvolvimento do Nordeste até 1980; crescimento e estrutura da renda**. Fortaleza, BNB.ETENE, 1971 (Mimeografado).
4. BNB.ETENE. **Manual de estatísticas básicas do Nordeste**. 4.ed. rev. e ampl. Fortaleza, 1977.
5. ————. **Perspectivas do desenvolvimento do Nordeste até 1980; síntese**. 2.ed. Fortaleza, 1973. v.1.
6. OLIVEIRA, José Nicácio de. **Desenvolvimento do Nordeste e BNB**. Fortaleza, BNB.ETENE, s.d. (Mimeografado).
7. REBOUÇAS, Osmundo Evangelista et alii. **Desenvolvimento do Nordeste: diagnóstico e sugestões de políticas; relatório-síntese**. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, BNB.ETENE, 10(2): 189-430, abr./jun. 1979.
8. SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro; uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza, BNB, 1979.
9. SUDENE. **Produto e formação bruta de capital; Nordeste do Brasil, 1965-81**. Recife, 1982.
10. SUDENE. GTDN. **Uma Política para o desenvolvimento do Nordeste**. s.n.t.
11. VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Nordeste: a 79a. Nação**. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, BNB.ETENE, 12(1): 53-87, mar. 1981.
12. **WORLD DEVELOPMENT REPORT 1983**. A World Bank publication summary, July 25, 1983.

Abstract: The Northeast of Brazil comprises the states which goes from Piauí to Bahia and Fernando de Noronha isolate territory, making up an area of 1.663 million km² where there live around 35 million inhabitants. From the physical, economical, social and cultural point of view, the region is greatly heterogeneous. The difference of the selling levels existing between the Northeast and other developed areas of the country, constitutes the most serious problem faced by Federal governments in the current stage of the National development. The Northeast shows income and job structures typical to underdeveloped regions. Estimation drafted by SUDENE, reveals that, in 1980, farming and cattle raising sector contributed with 19% for the formation of the regional internal income and, in São Paulo, this percentage reached only 5% according to data from the GVF (Getúlio Vargas Foundation). Service sectors and industrial ones, share in the above mentioned year, with 27 and 54% of the Northeast income respectively, and with 48 and 47% of the income in São Paulo, which becomes evident the greatest relative importance of agriculture in the Northeast region and of the industry and services in such a state. Despite of the Northeast is presenting a much accelerated rhythm of growth in the last decades, and has a high level of income per capita, in comparison with other underdeveloped areas of the world, strong social unstability are still found in the region, becoming an evidence that the adopted method for the development does not contribute to the betterment of the aspect of distribution of the income within the Northeast, nor to the reduction of the unemployment level.